Helio Martins Jr.

SUSTENTABILIDADE OFICIALIZADA

A criação da Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação (UCIN) oficializou as atribuições para o desenvolvimento de ações voltadas a um tema sensível e em constante debate na instituição, a sustentabilidade. Com esta reestruturação, foi criada a Seção de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social (SUSR), que tem como atribuições prioritárias buscar soluções sustentáveis para as atividades do órgão. Além disso, a área promoverá ações referentes ao papel social da Justiça Federal, ou seja, adotar posturas e comportamentos que promovam o bem-estar dos seus públicos interno e externo.

A criação da SURS tem por objetivo desenvolver, acompanhar e gerenciar as ações de sustentabilidade, bem como cumprir as metas socioambientais, promovendo a sensibilização e a capacitação dos servidores, reforçando e fortalecendo a importância dessas ações para a cultura corporativa.

O pensamento "verde" sempre esteve presente na instituição. Em diferentes momentos a administração lançou projetos específicos e focados, como reciclagem, separação de resíduos, economia de recursos e divulgou boas práticas espalhadas nas mais diversas regiões do estado. O diferencial da SUSR se dá pelo fato de não ser um projeto, mas uma área específica com atribuições oficiais.

Desse modo, será possível trabalhar estrategicamente, com ações que possam ser implantadas em todas as subseções, o que possibilitará o alinhamento de metas e mensuração dos resultados, que servirão como base para o constante aperfeiçoamento dessas ações.

Gisele Molinari Fessore, diretora da UCIN, destacou vários projetos que estão em andamento e em estudo na seção (ver quadro). Entre as principais medidas está a redução das emissões de resíduos, programas de reciclagem, acessibilidade, consumo consciente de recursos como água e energia, uso racional dos materiais utilizados nos ambientes de trabalho, melhoria da eficiência nas áreas de compra e logística.

Outro ponto importante nessa nova estrutura vai ao encontro das orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recentemente integrou as metas do Poder Judiciário aos indicadores e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), que passaram a fazer parte das diretrizes da Justiça brasileira.

A Agenda 2030 da ONU, que contempla os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é um plano de ação que busca prosperidade para as pessoas e o planeta, fortalecendo a paz universal com mais liberdade. A meta é a erradicação da pobreza, a proteção ao meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais.

A utilização de fontes renováveis de energia limpa, como a energia solar (fotovoltaica) também estão na mira da Administração e terão o apoio da SURS. A experiência com instalação de usinas fotovoltaicas, além do ponto de vista ecológico, também representa uma expressiva redução de gastos com energia elétrica, sendo uma importantíssima iniciativa para contornar o cenário de crise orçamentária.

As vantagens para instituições como a Justiça Federal vão além da preservação do meio ambiente. Possuir ações sustentáveis pode resultar, por exemplo, na melhoria da imagem corporativa, uma vez que gera redução de custos para o funcionamento das atividades e a manutenção dos prédios, com impacto positivo na gestão dos recursos públicos. ■

PRINCIPAIS PROJETOS EM ANDAMENTO E EM ESTUDO

Criação da rede de sustentabilidade - Parceria entre órgãos da capital. Uma oficina foi realizada no iJusplab em maio.

Cursos e eventos para mês do meio ambiente - Oficina Design Thinking: "Rede Colaborativa em Gestão Socioambiental", Gincana de Práticas Sustentáveis, Oficina "Licitações Sustentáveis" e Minicurso sobre o que são os ODS.

"Plástico Zero" - Campanha para eliminar os copos plásticos com a distribuição de copos de vidro e aquisição de "ecocopos" para eventos e público externo.

Coleta Seletiva - Estudo para melhoria da coleta seletiva geral e descarte de eletrônicos.

"Olhar Verde" - Participação da SUSR nas equipes de planejamento da contratação para garantir a inserção de critérios de sustentabilidade e acessibilidade nas aquisições.